

PARECER Nº 014/21

RELATOR ESPECIAL

Ao Projeto de Lei nº 021/2021

Autor: Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2021, nos Departamentos que especifica, para atendimento das Atividades/Projetos 2017, 2081, 1021 e 2027.

RELATÓRIO

Nomeada pela Presidência da Casa para analisar e exarar parecer sobre o Projeto de Lei nº 021/2021, relato a seguir, como Relatora Especial, as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto visa obter autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2021, nos Departamentos Municipal de Agricultura e Abastecimento, Turismo e Saúde para pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica, no valor de R\$ 2.120.321,25 (dois milhões e cento e vinte mil e trezentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), assim distribuídos:

- I R\$ 57.697,94 (cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos) destinados a Manutenção da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, pagamento de despesas com indenizações e restituições (Contratos Repasses OGU MDRn° 868655 e 875862/2018 Recapeamento de vias urbanas);
- II R\$ 439.574,03 (quatrocentos e trinta e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais e três centavos) destinados à Manutenção Matadouro Municipal, pagamento de despesas com obras e instalações;
- III R\$ 903.049,28 (novecentos e três mil quarenta e nove reais e vinte e oito centavos) destinados à Infraestrutura Turística do Município, pagamento de despesas com obras e instalações na Infraestrutura do Parque Aquático Prefeito Benedicto Benício Grande Lago, vinculado ao Convênio n° 385/2019 Melhorias na Infraestrutura do Parque Aquático Prefeito Benedicto Benício Grande Lago, celebrado com a Secretaria Estadual de Turismo/DADETUR;
- IV 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) destinados aos Parceiros do SUS - Prestadores – Média Complexidade, pagamento de despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica (Aditamento Convênio SUS/SP n° 01/2015 -UTI Covid-19).



Os valores do crédito adicional pleiteado serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente, do superávit financeiro do exercício anterior e da anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação do Anexo II, se enquadrando nos termos do art. 43, §1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4320/1964.

Em decorrência da abertura do crédito pleiteado, dispõe o art. 4º da propositura a alteração da programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.670, de 6 de janeiro de 2021.

Quanto aos aspectos de iniciativa e competência, o Projeto de Lei se enquadra nos termos do inciso IV, § 3º do art. 55 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso IV do art. 201 do Regimento Interno e inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Após analisar a matéria e não encontrando vícios que possam impedir sua tramitação, emito PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 021/2021, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria Jurídica da Casa, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 23 de abril de 2021.

VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA Relatora